



CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU, ESPECIALIZAÇÃO EM ENFRENTAMENTO AOS CRIMES AMBIENTAIS E PROTEÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS

A **Coordenadoria Institucional** do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em nível de Especialização em Enfrentamento aos Crimes Ambientais e Proteção dos Povos Indígenas, designada pela Resolução do Conselho Diretor da FAED N° 324/2023, da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), considerando o Edital de Abertura 01/2024, RESOLVE deixar público as Diretrizes Gerais do Curso.

COORDENAÇÃO GERAL DO CURSO: Dra Cláudia Cristina Ferreira Carvalho

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA: Dra. Aline Anjos

TÉCNICOS(A) ADMINISTRATIVO E PEDAGÓGICO: Jean Willian de Souza
Luci Ana Lima Souza
Giovanni Bonadio Lopes

CARACTERÍSTICAS DO CURSO:

O curso de Pós-Graduação Lato Sensu em nível de Especialização em Enfrentamento aos Crimes Ambientais e Proteção dos Povos Indígenas está organizado em 5 Áreas Temáticas, com uma carga horária de 465 h/a desenvolvidas ao longo de 14 meses e é voltado para 200 profissionais do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). **Todas as turmas terão monitores (as) para acompanhar e auxiliar os/as docentes e discentes.**

HORÁRIOS DAS AULAS SINCRONAS

SEXTA: 17:00 - 21:20

SÁBADO: 8:30 - 11:50 - MATUTINO

SABADO 14:00 - 16:30 - VESPERTINO A DEPENDER DA CARGA HORÁRIA DA DISCIPLINA

(HORÁRIOS DE BRASÍLIA) ATENÇÃO AO CALENDÁRIO DAS AULAS

TAXA DE INSCRIÇÃO:

Não haverá cobrança de taxa de inscrição pois trata-se de uma parceria executada por meio de um TED com a Secretaria Nacional de Segurança Pública. Nem haverá cobrança de mensalidades.



CERTIFICAÇÃO:

Os títulos outorgados as(os) estudantes farão jus ao Certificado de Especialistas, lato sensu, em enfrentamento a crimes ambientais e Proteção aos Povos Indígenas. No certificado constará a informação que o curso foi realizado em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública- MJSP. No certificado constará o Histórico do curso; O procedimento de certificação será realizado conforme determina a Resolução do CNE/CES nº. 1, de 06/04/2018, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior e suas atualizações.

METODOLOGIA:

As disciplinas serão ofertadas na modalidade de Ensino à Distância - EaD, utilizando-se, (ferramentas de videoconferência, como, por exemplo: Zoom, Teams ou Meet). Da totalidade da carga horária de cada disciplina, 70% será ministrada através de aulas síncronas conduzidas pela (o) professora (o), as quais, também, devem ser gravadas e disponibilizadas na plataforma (AVA Moodle) utilizada no curso. As demais 30% serão assíncronas conduzidas pela (o) professora (o), com o apoio de monitores habilitados a acompanhar as atividades. **Descrever melhor a sistemática do AVA Moodle**

As aulas síncronas serão gravadas e disponibilizadas em um repositório para que o estudante assista posteriormente. Desta forma, os estudantes terão a oportunidade de acesso as aulas e os materiais didáticos no AVA Moodle, com aulas devidamente diagramadas, inclusive com postagens de vídeos, depois o material escrito (textos, artigos, capítulos de livros) convertido em PDF.

Quanto as Estratégias de ensino e aprendizagem os/as docentes poderão utilizar:

Estão em consonância com o estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Ação Formativa dos Profissionais da Área de Segurança Pública (2014), a exemplo:

- Resolução de problemas, Simulação (role playing), Estudo de casos, Lista de tarefas (job aids), Pannel de discussão formato seminário,
 - Discussões em grupos;
 - Discussão dirigida;
 - Debate cruzado: organizado em dois grupos, em que cada grupo terá de debater uma tese contrária à do outro grupo, invertendo-se os papéis ao final;
 - Grupo de vivência ou verbalização e grupo de observação (GV/ GO);
 - Brainstorming e brainwriting: utilizados para gerar novas ideias, buscar soluções para um determinado problema.
 - Exposição dialogada: apresentação de conteúdos devidamente organizados com auxílio de recursos audiovisuais;
- dentre outras estratégias didáticas selecionadas pela(o) docente.



CONCEPÇÃO DO CURSO:

A concepção do curso **possui articulação geral com a Matriz Curricular Nacional para as Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública, com especial atenção a Área Temática VII -Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva**, em que se lê: "esta área temática propõe a realização de atividades formativas centradas na discussão teórica sobre a prática, a realidade e o cotidiano da profissão em segurança pública, preparando o profissional de segurança para a solução e mediação de problemas concretos." (MCN, pág. 51). Tem-se ainda, como premissa a construção de um pensamento crítico em que se possa articular à construção/reconstrução do conhecimento científicos e os não-científicos, este último compreendido como os saberes ancestrais dos povos indígenas expressos na tríade junção corpo-território-cosmogonias e, que expressão tecnologias sociais e culturais vinculadas e unidas a vida e a natureza (ambientais), as memórias e identidade de outras formas de Existências e, que também fazem menção a concepção multicultural de direitos humanos, das epistemologias decolonial e do sul, (Santos, 2010).

Neste sentido, as aprendizagens propostas envolvem a construção das seguintes competências:

- I. **Cognitivas: aprender a pensar** - competências que requerem o desenvolvimento do pensamento reflexivo por meio da pesquisa, do estudo sistemático e da organização do conhecimento científico e ancestrais, que habilitam o indivíduo a pensar de forma crítica e criativa a sua atuação policial, de modo a posicionar-se, a comunicar-se e a estar consciente de suas ações no trato com a diversidade sociocultural (material imaterial que compõem a cosmologia e cosmogonia) que compõem o universo étnico dos povos indígena e seus territórios, que abrigam a vida e a natureza (socioambiental);
- II. **Atitudinais aprender a ser e a conviver** - competências que visam estimular a percepção da realidade, por meio do conhecimento e do desenvolvimento das potencialidades individuais - conscientização de si próprio - e da interação com os grupos culturais distintos, como é o caso dos povos indígenas, que expressam atitudes de defesa e promoção aos direitos humanos e da natureza.
- III. **Operativas: aprender a atuar** - competências que preveem a aplicação do conhecimento teórico em prática responsável, refletida e consciente que habilitem a cooperação e a especificidade que compõem os órgãos do Susp para atuar no campo do enfrentamento a crimes ambientais e proteção aos povos indígenas. As aprendizagens propostas não se resumem simplesmente a um conjunto de rotinas recicladas,

OBJETIVOS DO CURSO:



- a) Preconizar as diversas teorias do conhecimento, de modo a oportunizar aos agentes de segurança pública o questionamento e a reflexão de estudos e pesquisas sobre os problemas conjunturais vinculados aos crimes ambientais, a violência difusa praticados contra as populações indígenas e seus territórios (material e imaterial), tanto local, regional como nacional e internacional (no arco fronteiro), de modo a contribuir para a eficiência e eficácia na formulação de novas práticas de intervenção e construção de uma política de segurança pública de proteção pautada no respeito aos direitos humanos e no Estado de Direito.
- b) Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da capacitação e da valorização dos profissionais, do ensino e da pesquisa em temas finalísticos e correlatos;
- c) Capacitar e qualificar profissionais de segurança pública, respeitadas as especificidades e as diversidades regionais;
- d) Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira;
- e) Refletir acerca da gestão de políticas referentes a proteção dos povos indígenas e o pape, do Susp;
- f) Refletir sobre a implementação e aprimoramento de atividades relativas à segurança ambiental, com foco na diminuição do tráfico ilegal de animais e minerais, do mau uso do solo e de sua ocupação, dos danos à fauna, à flora e à biodiversidade;
- g) Promover o ensino e a pesquisa no campo da segurança pública, da defesa social e de temas correlato.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DO CURSO:

As (os) estudantes serão avaliadas(os) continuamente, levando-se em consideração, além de seu aproveitamento acadêmico, a frequência e participação nas salas de aula virtual (síncronas) e no desenvolvimento das atividades assíncronas disponibilizadas na plataforma moodle pelo docente da disciplina. A avaliação formal ficará a cargo de cada docente, levando-se em consideração as ementas e os objetivos de cada disciplina.

Ao final de cada disciplina, além da avaliação de verificação de aprendizagem, a(o) aluna(o) realizará outra avaliação que tem por objetivo verificar seu grau de satisfação em relação ao curso, que abordará vários itens, indo desde o desempenho da(o) professora(or), coordenação, apoio, e material didático distribuído, até a estrutura da plataforma virtual oferecida.

Critérios de avaliação e aprovação da(o) estudante:

A avaliação do rendimento da(o) aluna(o) será realizada por disciplina, podendo a Média Final (MF) ser a média **aritmética de duas notas, ou seja: $MF = N1 + N2 \div 2$, onde, a nota mínima para aprovação em cada disciplina é "C".**

MF será o somatório dos seguintes critérios avaliativos:



- i. participação síncrona na sala de aula virtual através da plataforma de videoconferência Google Meet, participação em seminários, frequência, atividades em grupo;
- ii. realização e entregar as atividades/trabalhos assíncronas disponibilizadas e acompanhado na plataforma AVA moodle pela(o) docente da disciplina conforme as datas estabelecidas;

A conclusão de todos esses critérios será a nota obtida na avaliação individual que será atribuída ao final de cada disciplina. Cada docente optará pelo processo de avaliação que julgar mais apropriado para a disciplina por ela ou ele ministrada (provas, apresentação de seminários, portfólio, participação em fórum, etc).

- iii. É, também critério para avaliação e aprovação da(o) estudante ao final do curso o desenvolvimento de um Trabalho de Conclusão de Curso- TCC.

Conceitos de aprovação: O rendimento acadêmico de cada estudante será expresso em notas e/ou conceitos de acordo com a seguinte escala, conforme previsto na Resolução CEPEC Nº. 103, DE 22/2021.

I - de 90 a 100 - A (Excelente);

II - de 80 a 89 - B (Bom);

III - de 70 a 79 - C (Regular);

IV - de 0 a 69 - D (Insuficiente).

Conceito Mínimo: C

Para aprovação, o estudante deve obter a frequência igual ou superior a 75% em disciplina cursada.

- Frequência Mínima:

As aulas serão totalmente EAD, plataforma virtual sendo consideradas os) reprovadas as(os) estudantes que não obtiverem frequência mínima correspondente a 75 % (setenta e cinco por cento) da carga horária de cada disciplina (síncronas) e/ou atividades complementares (assíncronas). **Será obrigatório assistirem as aulas síncronas com as câmeras dos computadores abertas, de modo que possam ser identificadas (os) como os respectivos nomes na tela.**



1. Quadro Síntese do Programa Curricular (disciplinas, créditos e % de aulas síncronas/assíncronas)

Áreas Temáticas	Disciplinas	Tipo	Nº de créditos	CH Total	CH síncrona (70%)	CH assíncrona (30%)
I-Cultural, interculturalidade e prática reflexiva	1. Identidade, cosmologias, cosmogonia dos povos indígenas.	OBR	3	45	30	15
	2. Lutas e Resistências dos povos indígenas no Brasil.	OBR	2	30	20	10
	3. Espaços territoriais, conflitos ambientais e povos indígenas no Brasil.	OBR	2	30	20	10
II- Conhecimentos Jurídicos	4. Violência contra os povos e territórios indígenas.	OBR	2	30	20	10
	5. Direitos Humanos dos povos indígenas	OBR	2	30	20	10
	6. Legislação brasileira aplicada aos povos indígenas	OBR	2	30	20	10
	7. Legislação brasileira aplicada ao meio ambiente e aos crimes ambientais .	OBR	2	30	20	10
III- Proteção social e ambiental	8. Estudos dos impactos ambientais em áreas indígenas	OBR	2	30	20	10
	9. Policiamento Ambiental e Proteção Social	OBR	2	30	20	10
IV- Sistema, Instituições e Gestão Integrada do Susp	10. Papel e competência das instituições do Susp no enfrentamento aos crimes ambientais e proteção aos povos indígenas.	OBR	2	30	20	10
	11. Operações integradas das instituições do Susp na proteção dos povos indígenas e no enfrentamento aos crimes ambientais.	OBR	2	30	20	10
	12. Tecnologias e procedimentos em Segurança Pública na área de crimes ambientais.	OBR	2	30	20	10



V- Metodologia científica (pesquisa e eventos acadêmicos)	13. Metodologia de Pesquisa em Segurança Pública	OBR	3	45	30	15
	14. Seminário Integrador de Pesquisa/TCC	OBR	2	30	30	0
	15. Simpósio Contemporâneo em Segurança Pública	OBR	1	30	30	0
Total			31	465	325	140

*TODAS AS DISCIPLINAS DO CURSO SÃO DO TIPO OBR = disciplina obrigatória NÃO HÁ DISCIPLINAS OPT= disciplina optativa

2. QUADRO EMENTA DAS DISCIPLINAS:

Disciplinas	Ementa
1. Identidade, cosmologias, cosmogonia dos povos indígenas.	História e cultura dos povos indígenas no Brasil; noções da diversidade etnológicas indígenas no Brasil e suas classificações étnica-regionais; interculturalidade e colonialidade do saber; cultura material e imaterial dos povos indígenas; cosmologias (sistemas sociais) dos povos indígenas; o sagrado(cosmogonias) e a natureza suas implicações na organização sócio antropológica dos modos de ser indígena.
2. Lutas e Resistências dos povos indígenas no Brasil.	Espaços territoriais dos povos indígenas; impactos do contato entre os indígenas e os não-indígenas (do período colonial aos dias atuais); formas de lutas, resistências na garantia de direitos territoriais protagonizados pelos povos indígenas; povos indígenas e o acesso ao direito à educação, saúde, segurança, assistência social, ao trabalho digno, dentro outros direitos fundamentais.
3. Espaços territoriais, conflitos ambientais e povos indígenas no Brasil.	Espaços de territorialidade e territorialização dos povos indígenas e a ocupação extrativista e agropastoril; tecnologias socioambientais presente nos territórios indígenas; fatores sócio cosmológicos que influencia o deslocar para áreas que reconhecem como antigos territórios tradicionais indígenas; impactos que influenciam os processos de recuperação dos territórios tradicionais ancestrais; conflitos ambientais e povos indígenas desafios a superação das



	violências sofridas (abordagens policiais, pistolagens, criminosos, etc).
4. Violência contra os povos e territórios indígenas.	Violência contra as mulheres, crianças indígenas; violência e racismo religioso praticados contra os povos indígenas; conflitos bélicos e violências nas fronteiras brasileiras afetas aos territórios indígenas; encarceramento da população indígena; violência nas aldeias; racismo ambiental; acesso a rede de proteção, segurança pública e justiça pelos povos indígenas.
5. Direitos Humanos dos povos indígenas	Conceito de Direitos Humanos e dos povos indígenas; identidades, diversidades e direitos socioambientais; o papel das instituições governamentais e não-governamentais (ONGs) no enfrentamento aos crimes ambientais e proteção dos povos indígenas;
6. Legislação brasileira aplicada aos povos indígenas	Resoluções, Estatutos Jurídicos, Legislações, Decretos relacionados aos povos indígenas. Lei de crimes ambientais aplicada aos povos indígenas; Marco Temporal; Direitos Territoriais Indígenas; Reconhecimento de Terras Indígenas (TI) no Brasil; Legislações Brasileiras aplicadas aos povos indígenas - Teoria do Indigenato; Lei 5.371/1967 - Lei de criação da Funai; Lei 6.001/1973 - Estatuto do Índio; Constituição Federal de 1988; Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas; Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.
7. Legislação brasileira aplicada ao meio ambiente e aos crimes ambientais .	Resoluções, Estatutos Jurídicos, Legislações, Decretos relacionados aos Crimes Ambientais (Lei 9.605/98) e a proteção socioambiental; Legislações Brasileiras aplicadas aos povos indígenas e Meio Ambiente; Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos contra crimes ambientais e da terra. Correlação com os atendimentos a produtos perigosos; Importância da educação ambiental no contexto sócio econômico. Proteção ambiental X incidentes com produtos perigosos; Tutela processual do meio ambiente. Direito ambiental internacional. Atribuições Jurídicas dos órgãos que compõem o SUSP no enfrentamento aos crimes ambientais.
8. Estudos dos impactos ambientais em áreas indígenas	Devastação ambiental e da violência contra os povos indígenas nas diversas regiões do país;



	desenvolvimento sustentável e meio ambiente; impacto do desmatamento ilegal na região da Amazônia e as mudanças climáticas no planeta; Impactos do uso de agrotóxico na água, ar, saúde tendo como perspectiva a melhoria da qualidade de vida, da região afetada. Ecofenomenologia, Ciência da Sustentabilidade e Direito. Biomas Brasileiros: Amazônia, Pantanal, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa.
9. Policiamento Ambiental e Proteção Social	Ética, sustentabilidade e meio ambiente; O Sistema Nacional do Meio Ambiente; a Política Nacional do Meio Ambiente. Licenciamento ambiental e avaliações de impacto ambiental. Responsabilidade civil em matéria ambiental. Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública para atendimento a crimes ambientais. Sistema de Defesa Civil. Policiamento ambiental na Amazônia Legal, fronteiras e áreas de preservação ambiental, área do pantanal (queimadas), agrotóxicos, garimpos ilegais, dentre outros crimes afetos às questões ambientais;
10. Papel e competência das instituições do Susp no enfrentamento aos crimes ambientais e proteção aos povos indígenas.	Discutir o Plano AMAS - Amazônia, Segurança e Soberania; Sistemas, Instituições e Gestão Integrada de Segurança Pública/Susp e grupos vulneráveis indígenas e crimes ambientais; Sistema de controle, avaliação das operações integradas do Susp para atuação em áreas ambientais e territórios indígenas; Discutir protocolos de atuação do Susp articulados com órgãos e entidades das redes de proteção e defesa aos direitos dos povos indígenas e ambientais (FUNAI, SESAI, ONGs, CIMI, Movimentos Sociais Ecológicos e da Terra, Ministérios Públicos, dentre outras).
11. Operações integradas das instituições do Susp na proteção dos povos indígenas e no enfrentamento aos crimes ambientais.	Princípios Gerais e Protocolos em operações integradas/Susp nas áreas indígenas e enfrentamento a crimes ambientais; Alinhar as operações do Susp ao Plano AMAS - Amazônia, Segurança e Soberania; Mediação de Conflitos e Segurança Pública envolvendo povos indígenas; Técnicas básicas de gerenciamento de crises na/para proteção aos povos indígenas; Modelo do Uso Diferenciado da Força da SENASP; A importância do Uso Diferenciado da Força e dos Instrumentos e Técnicas de Menor Potencial Ofensivo - ITMPO na atividade policial; Propor a elaboração do POP de operações integradas articulados com órgãos e entidades das redes de proteção e defesa aos direitos dos povos indígenas e ambientais (FUNAI, SESAI, ONGs, CIMI,



	Movimentos Sociais Ecológicos e da Terra, Ministérios Públicos, dentre outras).
12. Tecnologias e procedimentos em Segurança Pública na área de crimes ambientais.	Métodos de proteção e monitoramento ambiental; Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs), monitoramento envolvidos nos processos de fiscalização socioambientais contemporâneos. Redes de comunicação e novas tecnologias em segurança pública no campo de crimes ambientais. Uso de soluções inovadoras na prevenção e enfrentamento aos crimes ambientais. Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp); Tecnologia dos Procedimentos do SINESP.
13. Metodologia de Pesquisa em Segurança Pública	Abordagens epistemológicas e interdisciplinares na pesquisa em Ciências Humanas e Sociais e suas implicações para a área da Segurança Pública. Abordagens qualitativa e quantitativa na pesquisa. Noções básicas de elaboração do trabalho científico. Elementos essenciais na elaboração e planejamento de um projeto de pesquisa: escolha do tema, formulação do problema de estudo/análise, definição dos termos. Delimitação da pesquisa e de sua amostragem. Métodos e técnicas de coleta e tratamento dos dados, ética de pesquisa. Orientação na estruturação da elaboração de seus Trabalho de Conclusão de Curso- TCC, que seguirá a forma de artigo científico, conforme eixos temáticos da especialização.
14. Seminário Integrador de Pesquisa/TCC	Definir cronograma, orientadoras (es) de TCC; Organizar e executar o seminário de exposição oral em banca examinadora. Discutir os requisitos básicos de TCC tais como: delineamento da questão-problema, definição do objeto a ser investigado, bibliográfica pertinente e relevante, metodologia empregada; meios e fontes a utilizar.
Simpósio Contemporâneo em Segurança Pública.	Participação obrigatória para os/as cursistas, mas, 20% das vagas a comunidade externa que recebera certificado de participação. A definir programação



3. Quadro Síntese disciplina por Docentes e horas/aulas a serem atribuídas

Disciplinas	Docentes	Turmas	CH Total
Área Temática I: Cultural, interculturalidade e prática reflexiva			
1. Identidade, cosmologias, cosmogonia dos povos indígenas.	Anna Maria - UFGD	A/C	90
1. Identidade, cosmologias, cosmogonia dos povos indígenas	Diógenes Egídio Cariaga- UFGD/PPGANT e UEMS	B/D	90
2 . Lutas e Resistências dos povos Indígenas no Brasil	Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel- UFGD	A/C	60
2. Lutas e Resistências dos povos indígenas no Brasil.	Cássio Knapp -UFGD	B/D	60
3. Espaços territoriais, conflitos ambientais e povos indígenas no Brasil.	Jose Eduardo E. M. da Costa-FUNAI	A/C	60
3. Espaços territoriais, conflitos ambientais e povos indígenas no Brasil.	Jane Felipe Beltrão -UFPA	B/D	60
Área Temática II: Conhecimentos Jurídicos			



4. Violência contra os povos e territórios indígenas.	Jaqueline Gonçalves Porto Arandua - ONU/MULHERES	A/C	60
4. Violência contra os povos e territórios indígenas.	Cláudia Cristina Ferreira Carvalho - UFGD	B/D	60
5. Direitos Humanos dos povos indígenas	Daniel Sebastián Granda Henao - UFGD	A/C	60
5. Direitos Humanos dos povos indígenas	Tonico Benites -FUNAI	B/D	60
6. Legislação brasileira aplicada aos povos indígenas	Marco Antônio Delfino - MPF	A/C	60
6. Legislação brasileira aplicada aos povos indígenas	Daniela de Souza Osório - MPF	B/D	60
7. Legislação brasileira aplicada ao meio ambiente e aos crimes ambientais .	Luciano Loubet - MPMS	A/C	60
7. Legislação brasileira aplicada ao meio ambiente e aos crimes ambientais.	Luiz Antônio - MPMS	B/D	60
Área Temática III: Proteção Social e Ambiental			
8. Estudos dos impactos ambientais em áreas indígenas	Verônica Maria Bezerra Guimarães- UFGD	A/C	60
8. Estudos dos impactos ambientais em áreas indígenas	Zefa Valdivina Pereira - UFGD	B/D	60
9. Policiamento Ambiental e Proteção Social	Carlos Roberto Guimarães Rodrigues -BMRS	A/C	60
9. Policiamento Ambiental e Proteção Social	Ednilson Paulino Queiroz - PMMS	B/D	60
Área Temática IV: Sistema Instituições e Gestão Integrada do Susp			
10. Papel e competência das instituições do Susp no enfrentamento aos crimes ambientais e proteção aos povos indígenas.	Severino da Costa Simão- PMPB	A/C	60



10. Papel e competência das instituições do Susp no enfrentamento aos crimes ambientais e proteção aos povos indígenas.	Marlene Inês Spaniol- PMRS	B/D	60
11. Operações integradas das instituições do Susp na proteção dos povos indígenas e no enfrentamento aos crimes ambientais.	Wilquerson Felizardo Sandes- PMMT	A/C	60
11. Operações integradas das instituições do Susp na proteção dos povos indígenas e no enfrentamento aos crimes ambientais.	Martim Cabeleira de Moraes Junior- PMRS	B/D	60
12. Tecnologias e procedimentos em Segurança Pública na área de crimes ambientais.	Carlos Roberto Guimarães Rodrigues- BMRS	A/C	60
12. Tecnologias e procedimentos em Segurança Pública na área de crimes ambientais.	Ednilson Paulino Queiroz - PMMS	B/D	60
V Metodologia Científico (pesquisa e eventos acadêmicos)			
13. Metodologia de Pesquisa em Segurança Pública	Cláudia Cristina Ferreira Carvalho- UFGD	A/C	90
13. Metodologia de Pesquisa em Segurança Pública	Edson Benedito Rondon Filho - PMMT	B/D	90
14. Seminário Integrador de Pesquisa/TCC	Cláudia Carvalho/ Edson Rondon	Todas	60
Organização do Simpósio Contemporâneo em Segurança Pública	Aline Anjos/ Ana Carolina/Luci Ana - UFGD	Todas	30
CARGA HORÁRIA TOTAL	-	CHs	465

*TODAS AS DISCIPLINAS DO CURSO SÃO DO TIPO OBR = disciplina obrigatória

NÃO HÁ DISCIPLINAS OPT= disciplina optativa



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) obedecerá às normas da UFGD, previstas na Resolução CEPEC nº 103/2021. Para conclusão do curso será exigido a elaboração de um artigo científico que poderá ser escrito em grupo de até 3 (três) integrantes, com apresentação em banca.

O Orientador de TCC deverá ter título de Mestre ou Doutor.

O prazo máximo para a entrega do TCC não poderá ultrapassar a data prevista para o término do curso.

O TCC somente será avaliado quando a(o) candidata(o) tiver obtido o total de créditos requerido para o certificado e atendido às exigências do curso.

O desenvolvimento de um Trabalho de Conclusão de Curso- TCC, que deverá:

- i. ser a elaboração de artigo científico, em grupo de até 3 (três) integrantes, adequado por uma das linhas de pesquisa estabelecidas para o projeto de pesquisa e, orientado por uma (o) docente na área de conhecimento do curso e, outros designados/as pelas coordenações de curso;
- ii. obter nota mínima exigida para aprovação é "C" e, que deve ser elaborado
- iii. adequado às normas de publicação do periódico-técnico científico- Revista SUSP, para posterior submissão à mesma, e as normas para trabalho científico da ABNT, e normas ortográficas e gramaticais de língua portuguesa.
- iv. Será obrigatória a apresentação do TCC perante banca constituída pela(o) orientadora(o) (presidente) e, pelo menos, uma(o) examinadora(o) do curso.
- v. Será obrigatória a participação no simpósio *online* de comunicação do curso.

A apreciação do TCC será feita por uma Comissão Examinadora, aprovada pela Coordenação Geral e Acadêmica do curso e constituída pela(o) orientadora(o) juntamente com mais 02 (dois) integrantes portadores, no mínimo, do grau de mestre, o especialista, desde que faça parte do corpo docente do curso.

A apreciação do TCC será por meio de banca síncrona.

Será considerado aprovado a(o) estudante que, na apreciação do TCC, obtiver nota e conceito correspondente a, no mínimo, conceito "C".



No caso de obtenção de conceito inferior a "C", a Coordenação Acadêmica do Curso poderá, mediante proposta justificada da(o) orientadora(o), realizar, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, uma nova apresentação pública do TCC.

**Será obrigatória a submissão dos artigos elaborados à revista Susp.
Os artigos também deverão ser apresentados em um simpósio online para comunicação e encerramento do curso.**

OBS: As Coordenações: Geral e Acadêmica publicará no decorrer do curso os procedimentos, critérios de orientação e defesa, linhas de pesquisa, cronograma de defesa orientativas aos docentes e discentes implicadas no processo de elaboração do TCC.

NORMAS DA REVISTA DO SUSP

NORMAS CIENTIFICAS

Será na forma de apresentação do artigo científico, a ser enviado a publicação da Revista do Susp.

Conforme link: <https://revistasusp.mj.gov.br/index.php/revistasusp/about>

Cada docente poderá orientar no mínimo 03 artigos e no máximo 8 artigos.

Sendo 3 orientandos (as) por artigo.

REVISTA SUSP

A REVISTA SUSP é um periódico técnico-científico, interdisciplinar e, instituído no âmbito nacional de Segurança Pública (Senasp/MJSP). O periódico tem por objetivo publicar produções originais e inéditas, resultantes de estudos teóricos e saberes especializados da segurança pública e produzidos por pesquisadores e/ou instituições (inter)nacionais. Com isso, visa promover o desenvolvimento científico, a formação e qualificação dos profissionais integrantes do Susp, sobretudo, ao estabelecer a propriedade intelectual e o aperfeiçoamento científico da Segurança Pública. Nessa direção, publica artigos originais, revisão de literatura, relatos de experiências, notas técnicas, resenhas, críticas científicas e entrevistas, publicados em formato impresso e eletrônico.

Processo de Avaliação pelos Pares

Uma preocupação constante da **REVISTA SUSP** está na qualidade dos textos publicados, assim:

1. Os originais serão submetidos à aprovação de especialistas reconhecidos nos temas tratados. Os trabalhos serão enviados para avaliação sem a identificação de autoria, (registrada no sistema eletrônico de editoração da revista, o *Open Journal Systems - OJS*) para garantir o processo de **avaliação cega pelos pares**.
2. Autor: Pessoa física responsável pela criação do conteúdo intelectual ou artístico de um documento. Não confundir com colaboradores.



- Para artigos com autoria múltipla, é necessário informar a ordem de apresentação dos autores e declaração de cada um autorizando a publicação;
- No máximo **cinco autores** são admitidos, e que tenham participado efetivamente da elaboração do manuscrito.
- 3. Os originais serão publicados no idioma original de submissão, com preferência para trabalhos em português, inglês e espanhol. Submissões em outros idiomas podem não ser processadas.
- 4. Os trabalhos publicados passam a ser propriedade da **REVISTA SUSP**.
- 5. Não serão cobradas taxas de submissão, revisão ou publicação de artigos.
- 6. **As opiniões emitidas nos artigos são de responsabilidade exclusiva de seus autores.**
- 7. A revista classificará as submissões avaliadas, conforme as seguintes seções:

Diretrizes para Autores

A avaliação dos artigos encaminhados à Revista SUSP será realizada via pareceres, constituído por dois pareceristas "*ad hoc*", com titulação igual ou superior à exigida do autor. Havendo divergência, um terceiro parecerista será convocado.

O Conselho Editorial poderá requerer revisão, modificação ou reelaboração do texto enviado, sem que isso se configure em compromisso com a publicação ou aceite condicionado à requisição.

O manuscrito deve estar de acordo com o **template** disponibilizado pela revista ([CLIQUE AQUI PARA BAIXAR](#)).

Os **Artigos e Relatos e Experiência** podem ter o tamanho máximo de **50.000 (cinquenta mil) caracteres** (incluindo os espaços, bibliografia e notas de rodapé).

As **Resenhas Críticas** podem ter o tamanho máximo de **20.000 (vinte mil) caracteres** (incluindo espaços, bibliografia e notas de rodapé).

Os **Ensaios** podem ter o tamanho máximo de **12 (doze) páginas**.

- **Artigo original:**

1. Engloba textos que contenham relatos originais e inéditos de estudos ou pesquisas concluídas;
2. O responsável pelo envio do artigo deverá remover das propriedades do programa *Word* (formato ".docx") todas e quaisquer identificações de autoria;
3. Submissão em Fluxo Contínuo;
4. Seção principal da revista, para artigos originais e inéditos, preferencialmente adotando o template;
5. A autoria principal dos trabalhos deverá ser de pesquisadores com grau mínimo de doutor;



6. Por originais e inéditos, entende-se que os trabalhos NÃO estão sendo avaliados para publicação em nenhum outro suporte;
7. Questões éticas envolvendo pesquisa com seres humanos são de inteira responsabilidade dos autores e devem atender aos princípios contidos na Declaração de Helsinque da Associação Médica Mundial (1964, reformulada em 1975, 1983, 1989, 1989, 1996 e 2000) e na resolução 196 do Conselho Nacional de Saúde;
 - **Ensaio:** reflexão sobre determinado tema, sem esgotá-lo, não é investigativo e traz a opinião do autor;
 - **Tradução:** texto que abrange a interpretação do significado de um texto, escrito em língua diferente ao português, e que tenha relevância para a área de segurança pública;
 - **Relato de experiência:** comunicações originais sobre experiências profissionais e de pesquisa em segurança pública;
 - **Revisão de literatura:** texto com toda a informação existente sobre uma publicação de maneira imparcial e completa. A revisão deve ser feita de maneira formal e meticulosa. O texto deve se apresentar de forma crítica e não apenas descritiva, sob o ponto de vista do autor, o estado da arte de uma das áreas ou subáreas específicas. É imprescindível que, na referida área, o(a) autor(a) seja especialista comprovadamente qualificado e experiente;
 - **Resenha:** análise uma obra distinta, uma composição informativa e sem opiniões. Podendo ser um texto, filme, música e quaisquer outras formas que tenham como assunto a segurança pública;
 - **Nota técnica:** texto elaborado por técnicos especializados em determinado assunto e contém análise completa de todo o contexto, devendo conter histórico e fundamento legal, baseados em informações relevantes;
 - **Crítica científica:** análise crítica de texto científico na área de segurança pública;
 - **Entrevista:** entrevistas realizadas com personalidades de destaque nacional e internacional em segurança pública.

Dra. Cláudia Cristina Ferreira Carvalho

Coordenadora Geral do Curso de Especialização Enfrentamento a Crimes Ambientais e Proteção aos Povos Indígenas

faed.suspecap@ufgd.edu.br